



**Judith  
Butler**

---

**A Pretensão  
de Antígona**

---

**O Parentesco entre  
a Vida e a Morte**

---

**Tradução  
Nuno Quintas**

---

**ORFEU  
NEGRO**

TÍTULO ORIGINAL

Antigone's Claim. Kinship Between Life and Death

AUTORA

Judith Butler

TRADUÇÃO

Nuno Quintas | [oficinacaixaalta.pt](mailto:oficinacaixaalta.pt)

REVISÃO

João Berhan

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva a partir das fotografias de Karl Blossfeldt  
(*Urformen der Kunst: photographische Pflanzenbilder*, 1928)

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas

COPYRIGHT

© 2000 Columbia University Press

© 2024 Orfeu Negro

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Abril 2024

DL 529419/24

ISBN 978-989-9071-91-9

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal

[www.orfeunegro.org](http://www.orfeunegro.org)

*[São arrastadas e destruídas  
pelo que faz parte da esfera da sua própria vida.*

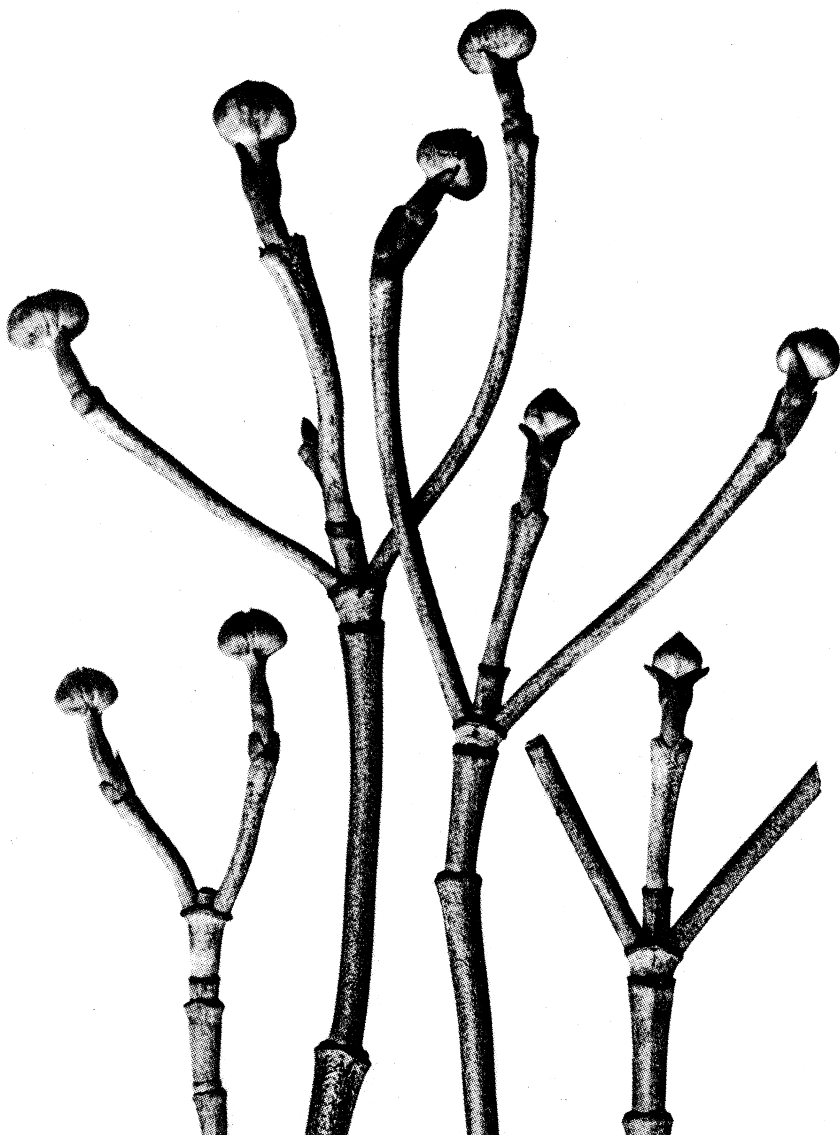
Hegel, *Estética*\*

\* Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Estética: Poesia*, trad. port. Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino (Lisboa: Guimarães Editores, 1993), p. 658. (N.T.)

## NOTA À TRADUÇÃO

Nas citações de *Antígona*, de Sófocles, recorreremos à tradução portuguesa de Maria Helena da Rocha Pereira (11.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018), indicando entre parênteses os versos desta edição. Em casos devidamente assinalados, recorreremos ainda à tradução de Marta Várzeas (Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2011).

# 1. A PRETENSÃO DE ANTÍGONA



Comecei há uns anos a pensar em Antígona ao perguntar-me o que teria acontecido a todo esse empenho feminista de confrontar e desafiar o Estado. Antígona parecia-me poder funcionar como contrafigura à tendência, promovida por algumas feministas recentes, de se procurar a autoridade e o apoio do Estado na concretização dos objectivos políticos feministas. O legado do repto de Antígona parece ter-se perdido no esforço contemporâneo para redefinir a oposição política como acusação jurídica e procurar a legitimidade do Estado no apoio às pretensões feministas. De facto, encontramos Antígona promovida e defendida por Luce Irigaray, a título de exemplo, como princípio da contestação feminina ao estatismo e exemplo de antiautoritarismo<sup>1</sup>.

Mas quem é esta «Antígona» que procurei usar como exemplo de um certo impulso feminista<sup>2</sup>? Há, obviamente, a «Antígona» da peça homónima de Sófocles, uma Antígona que é, afinal, uma ficção, que não se deixa converter facilmente em exemplo que possamos seguir sem correremos o



risco de queda na irrealidade – o que não impediu tanta gente de a tornar uma espécie de representante. Hegel fá-la simbolizar a transição do regime matriarcal para o patriarcal, bem como o princípio do parentesco. Irigaray, ainda que vacile quanto à função representativa de Antígona, também insiste nisso:

Vale sempre a pena reflectir no seu exemplo como figura histórica, e enquanto identidade e identificação para tantas jovens e mulheres dos nossos dias. Nesta reflexão, temos de separar Antígona dos discursos sedutores, e redutores, para ouvir o que tem a dizer sobre a administração da pólis, a sua ordem e as suas leis<sup>3</sup>.

Mas poderemos tornar Antígona representante de uma certa política feminista quando a função representativa de Antígona está em crise? Como espero demonstrar, ela está tão impregnada das heranças incestuosas que complicam a sua posição no parentesco que dificilmente representa os princípios normativos do parentesco. E também dificilmente representa um feminismo que de algum modo não se implicasse no poder a que se opõe. Enquanto ficção, não se trata, pois, de estar já em causa o carácter mimético ou representativo de Antígona, mas de, como figura da política, ela apontar para outra coisa, não para a política como representação, mas para a possibilidade política que emerge quando expomos os limites da representação e da representabilidade.

Permitam-me, contudo, que vos indique as etapas que segui. Não sou, nem quero ser, classicista. Como tantos humanistas o fizeram, li *Antígona* porque a peça levanta dúvidas recorrentes, em vários contextos culturais e históricos, quanto ao parentesco e ao Estado. Comecei a ler Antígona e a crítica que a ela se dedica para ver se alguém defendia o seu estatuto político exemplar como figura feminina que desafia o Estado por via de um poderoso conjunto de actos físicos e linguísticos. Descobri, porém, algo diferente do que antevira. Começou por me impressionar a leitura que Hegel e Lacan fazem de Antígona, e igualmente a abordagem de Irigaray, e não só<sup>4</sup>, a Antígona enquanto figura não-política, com um discurso provocador de implicações políticas, articulando uma oposição à política que é em si antepolítica, pois representa *o parentesco como esfera que condiciona a possibilidade de política sem nunca nela entrar*. De facto, na interpretação talvez mais notabilizada por Hegel e que ainda é base das apropriações desta peça feitas por boa parte da teoria literária e do discurso filosófico, Antígona chega a representar o parentesco e a sua dissolução, e Creonte, a eticidade e a autoridade do Estado que emergem e se fundam em princípios de universalidade.

No entanto, o que depois me impressionou foi uma dúvida a que espero regressar no fim deste capítulo: o aparecimento do parentesco no limite daquilo a que Hegel chama «eticidade<sup>5</sup>», a esfera da participação política e das

normas culturais viáveis, da *Sittlichkeit* legitimante (as normas articuladas que regem a esfera da inteligibilidade cultural) nos termos hegelianos. Na teoria psicanalítica contemporânea – fundada em pressupostos estruturalistas e talvez com maior proeminência por via de Jacques Lacan –, porém, esta relação emerge de maneira distinta. Na leitura que faz de Antígona no *Séminaire, Livre VII*<sup>6</sup>, Lacan entende que ela confina com as esferas do imaginário e do simbólico e representa até o inaugurar do simbólico, esfera de normas e leis que regem o acesso ao discurso e à possibilidade discursiva. Esta regulação ocorre realizando certas relações de parentesco enquanto normas simbólicas<sup>7</sup>. Na qualidade de simbólico, estas normas não são inteiramente sociais; diríamos que Lacan se afasta aqui de Hegel transformando uma noção idealizada do parentesco num pressuposto de inteligibilidade cultural. Lacan prossegue simultaneamente uma certa herança hegeliana ao separar a esfera idealizada do parentesco, o simbólico, da esfera do social. Assim, em Lacan, rarefaz-se o parentesco como estrutura linguística viabilizadora, pressuposto da inteligibilidade simbólica, logo apartado do domínio do social; em Hegel, o parentesco é uma relação não de normas, mas de «sangue». Ou seja, o parentesco ainda não é introduzido no social, sendo o social inaugurado num revogar violento do parentesco.

A separação entre o parentesco e o social lança uma sombra mesmo nas posições da herança estruturalista mais